

## REDES SOCIAIS

Bolsonaristas ignoram proibição do Supremo e publicam textos no X com críticas a Alexandre de Moraes. Juristas veem "subterfúgio" para burlar a decisão judicial

# Políticos driblam Corte e criam atalhos para tuitar

» HENRIQUE LESSA

Desde a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de bloquear o acesso, no Brasil, ao X (ex-Twitter), do bilionário Elon Musk, a rede social mais usada por políticos do mundo todo vem sendo dominada por simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Mesmo com o acesso suspenso pelas operadoras, diversos usuários zombaram da decisão da Suprema Corte, afirmando usar o recurso VPN (servidor que possibilita a navegação por outro país) para burlar o bloqueio e acessar a rede.

Com prints de mais de 150 perfis, obtidos pelo **Correio** com usuários que vivem fora do Brasil, observa-se um abandono da plataforma pelos brasileiros. Sem a atividade de jornalistas, de perfis informativos e de postagens simpáticas ao atual governo, a atividade no X, majoritariamente, está se dando em interações de usuários identificados com o bolsonarismo, que não poupam críticas à decisão de Moraes.

Uma das vozes mais ativas, ontem, na plataforma, foi a do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Com as publicações em tom desafiador à ordem da Suprema Corte, o parlamentar mineiro fez questão de dobrar a aposta contra Moraes. "Não pode falar mal do Mímado de Moraes, senão ele multa! Tira a toga, não sobra nada", escreveu em seu perfil.

Em outra postagem, o parlamentar reproduziu uma ameaça de Musk ao governo do Brasil. "A menos que o governo brasileiro devolva os bens ilegalmente apreendidos da X e da SpaceX, buscaremos a apreensão recíproca dos ativos do governo também. Espero que Lula goste de voar em avião comercial", provocou o bilionário, em comentário repostado por Nikolas.

A suspensão da rede aconteceu depois de Elon Musk descumprir inúmeras ordens judiciais que determinavam a suspensão de contas e de desconstituir a representação legal da plataforma no país. O Supremo estipulou uma multa diária de R\$ 50 mil para usuários que recorram a "subterfúgios tecnológicos", como o VPN, para acessar o X.

Para Marcelo Crespo, coordenador dos cursos de direito da ESPM, a punição prevista por Moraes para os usuários só deve ser aplicada quando, efetivamente, aparecerem publicações na rede. Ele indica que somente pessoas públicas, como Nikolas Ferreira, que podem ser identificadas, devem ser tornar alvo de punição. Mas isso, para o professor, também aponta para excessos da decisão. "O grande exagero na decisão de Moraes foi querer impor a multa a toda e qualquer pessoa que acesse a plataforma. Acho que Musk queria isso (o bloqueio), pois está jogando combustível para os fãs

Ed Alves/CB/DA.Press



O deputado Nikolas Ferreira é um dos parlamentares que postaram no X, apesar da proibição do STF



**O grande exagero na decisão de Moraes foi querer impor a multa a toda e qualquer pessoa que acesse a plataforma. Acho que foi exagerado, prejudica não só Elon Musk, mas muita gente que ganhava dinheiro com a plataforma"**

**Marcelo Crespo**, professor de direito da ESPM

e seguidores, mas acho que foi exagerado, prejudica não só Elon Musk, mas muita gente que ganhava dinheiro com a plataforma", diz o professor.

Outro parlamentar que usou o X para criticar a decisão de Moraes foi o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). Cauteloso, informou que se valeu da ajuda de um amigo que mora nos Estados Unidos para postar as opiniões. "Se a imprensa pode usar correspondentes, eu posso usar meus amigos no exterior", disse Moro em outra rede, o Instagram.

Para o professor e doutor em direito constitucional pelo IDP/DF Acácio Miranda, a decisão de Moraes tem um caráter mais pedagógico, e lembra que a decisão vale para todos. "O VPN, a rigor, é uma fuga, um subterfúgio para



**O VPN, a rigor, é uma fuga, um subterfúgio para o não cumprimento da decisão. Importante lembrar que a medida não se restringe às partes, ela é aplicável a todos, a toda a sociedade"**

**Acácio Miranda**, professor de direito do IDP/DF

o não cumprimento da decisão. Importante lembrar que a medida não se restringe às partes, ela é aplicável a todos, a toda a sociedade", destaca o professor.

## Flávio Bolsonaro

Apesar das interações dominadas pelos bolsonaristas, o ex-presidente Bolsonaro e os filhos Carlos, que é candidato a vereador, e o deputado federal Eduardo (PL-SP) não usaram a rede desde o bloqueio. Só quem deu voz à família foi o filho 01, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que usou a rede para convocar os apoiadores para apoiar um abaixo-assinado pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes. "Todos os 81 senadores e os 11 ministros do STF sabem que

existem infinitos motivos para fazer o impeachment de Alexandre de Moraes. Ele é o grande câncer da democracia brasileira", disse o senador, na postagem.

Algumas poucas publicações ligadas à esquerda, como a do perfil oficial do PT nacional, foram criticadas por internautas e parlamentares da oposição, como o senador Jorge Seif (PL-SC). "Olha que fofô! PT segue normalmente no X... Viva a libertad...", escreveu em um comentário ao post petista, ilustrado pela foto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O único integrante do governo Lula que publicou no X depois do bloqueio foi o ministro da Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. Ele explicou que o texto já estava programado em um site de automação de postagens. "Elucidamos que não houve acesso à plataforma X em nenhum momento após seu bloqueio. O conteúdo, visível no print, foi agendado na sexta-feira, 30 de agosto, para ser transmitido no domingo", informou a assessoria do ministro.

O procurador do Ministério Público de São Paulo, Roberto Livianu, reforça que a decisão de Moraes se deu apenas depois de uma série de descumprimentos da empresa de Musk. Ele lembra ainda que nem tudo está coberto pela imunidade parlamentar, o Daniel Silveira, por exemplo, extrapolou. O Nikolas Ferreira pode ser processado criminalmente, é crime de descumprimento de ordem judicial, mas é necessário avaliar o tipo de publicação, o que será feito pelo procurador-geral da República", disse Livianu.

decorreu de agendamento, anterior à suspensão da rede social. Com a suspensão, não foi possível cancelar esse agendamento nem outro, referente ao e-Título, programado para amanhã (1º de setembro)", completou a Corte.

A corte eleitoral afirmou ainda que a determinação do Supremo deve ser cumprida por todos. "O Tribunal Superior Eleitoral, como todo órgão público e toda entidade particular, acata decisão judicial, que pode ser questionada pelas vias próprias, mas há de ser cumprida por todas as pessoas", ressalta o texto publicado pelo tribunal.

## Lei para todos

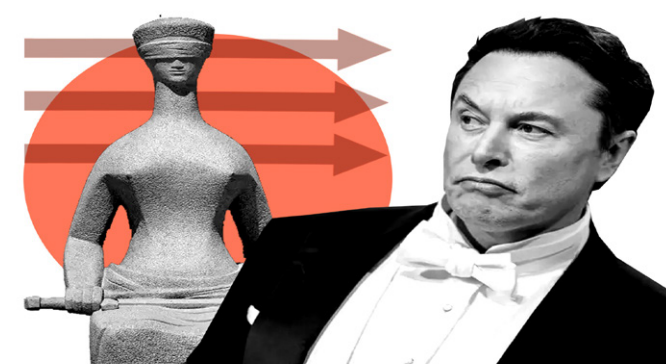
"O conteúdo sobre o sistema DivulgaCandContas, publicado na plataforma neste sábado (31), às 8h — horário de Brasília —,

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Turma do Supremo endossa medidas contra Musk

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do ministro Alexandre de Moraes que suspendeu a plataforma X, antigo Twitter, em todo o território nacional. O referendo ocorreu em sessão extraordinária virtual nesta segunda-feira, por unanimidade. No julgamento, Moraes disse que tomou a decisão depois de realizar todos os esforços possíveis para que as ordens judiciais fossem cumpridas pelo X, como o pagamento das multas.

Moraes esclareceu que sua medida mais polêmica, a multa diária de R\$ 50 mil, se aplica apenas a pessoas e empresas que tentarem fraudar a decisão judicial, utilizando subterfúgios tecnológicos (como o uso de VPN, entre outros) para continuar a usar e a se comunicar pelo X. Segundo a Turma, o ministro Flávio Dino destacou que o STF garante o acesso a recursos contra suas decisões, mas não a obstrução ou escolha de quais decisões serão cumpridas. "O poder econômico e o tamanho da conta bancária não fazem nascer uma esdrúxula imunidade de jurisdição", disse.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — Corte na qual a decisão terá grande impacto, porque as redes sociais são um instrumento de campanha eleitoral e palco de muitas fake news e ataques à democracia —, a ministra Cármen Lúcia foi na mesma linha. Destacou que o Poder Judiciário afirma a soberania nacional e sua decisão deve ser "acatada, respeitada e legitimada". Considerado um dos ministros mais "garantistas", Cristiano Zanin enfatizou que ninguém pode desenvolver suas atividades no Brasil "sem observar as leis e a Constituição Federal". Luiz Fux acompanhou o relator, mas ponderou que a decisão não deve alcançar pessoas ou empresas indiscriminadamente e sem participação no processo, a não ser "as que utilizarem a plataforma para fraudar a decisão".

Esse é o ponto que mais causa controvérsia e contestações à decisão. Moraes foi respaldado pelos ministros porque Musk extrapolou todos os limites legais e afrontou a Justiça. Mas há questionamentos, nos bastidores do Supremo e, sobretudo, nos meios jurídicos e políticos, à decisão que proíbe o acesso de internautas ao antigo Twitter por meio de VPN, e à punição da Starlink, empresa de Musk que fornece sinal de internet por satélite, principalmente, em regiões remotas, como a Amazônia e os mares.

Musk continua escalando o confronto, com ataques ao ministro Moraes e ao governo Lula, com ameaças de que pode utilizar os recursos de que dispõe para confiscar ativos do governo brasileiro. Não deixa claro se pretende fazer isso recorrendo à Justiça dos Estados Unidos ou por meio do uso dos recursos tecnológicos de que dispõe, ou seja, na marra.

O confronto com Musk também reacendeu as críticas ao inquérito das fake news, que funciona como guarda-chuva para outras investigações sob jurisdição de Moraes, como o caso da tentativa de golpe de 8 de janeiro. Perfis de envolvidos nos atos antidemocráticos que não foram retirados do ar pelo X, apesar das determinações judiciais, são a origem do imbróglio. "Acho que a maneira como o Moraes está conduzindo tudo isso é arrogante. Existem poderes excepcionais que não se justificam nessas ações", avalia o jurista Pablo Ortollado, professor de gestão de políticas públicas na Universidade de São Paulo (USP).

## Regras do jogo

"Pedir para retirar uma conta por causa de uma publicação é uma censura prévia", disse Ortollado, em entrevista à rede britânica de notícias BBC. Essa interpretação se tornou uma bandeira da oposição no Congresso, que acusa Moraes de atuar de forma autoritária e faz campanha sistemática contra o ministro do Supremo, que investiga a tentativa de golpe de 8 de janeiro e já promoveu centenas de condenações. A principal crítica é a de que o inquérito que ampara sua atuação como "investigador, acusador e juiz" foge aos ritos do devido processo legal, viola direito de defesa e precisa ter prazo de conclusão, em vez de se desdobrar em novos processos, como agora, no caso da X e da Starlink.

Os problemas de Musk com a Justiça brasileira, porém, segundo Ortollado, acenderam um alerta em todo o mundo. "Não existe uma percepção mundial de que o Brasil se juntou a países como a China, a Rússia e o Irã ao suspender o X. A percepção é que o X foi proibido em um país democrático porque desafiou a justiça local. Uma coisa é a rede ser banida em um país autoritário, outra coisa é em um país democrático", ressaltou.

O magnata sul-africano (naturalizado estadunidense) usa seu poder tecnológico de ultrapassar as fronteiras nacionais para subverter a relação entre um Estado nacional e sua sociedade e interferir nas disputas políticas locais, aproveitando-se das mudanças econômicas e sociais estruturais decorrentes da revolução digital. A crise acontece no momento em que a preocupação com o tema da regulação das big techs, as empresas de tecnologia que hoje dominam a economia mundial, cresce em todo o mundo. Nos Estados Unidos, devido às ligações de Musk com o ex-presidente Donald Trump, de cuja campanha é um dos principais financiadores, o assunto também entrou em pauta. No Brasil, serve de paradigma a regulamentação recentemente adotada pela União Europeia.

## TSE explica postagens após bloqueio

» RENATO SOUZA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que as publicações realizadas pela corte no X (antigo Twitter) já estavam agendadas. O perfil oficial do tribunal na plataforma publicou conteúdo após a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina o bloqueio do aplicativo no Brasil.

No despacho, o magistrado também determina multa para pessoas físicas e jurídicas que usarem rede privada, como VPN, ou outros "subterfúgios

tecnológicos" que sejam usados para acessar a rede durante o período de bloqueio. No entanto, a decisão de Moraes deu prazo de 24 horas para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) notificar as operadoras da decisão — algo que a agência disse já ter feito ao longo do fim de semana. Após serem notificadas, as operadoras têm prazo de cinco dias para oficializar a suspensão.

Provedores de cidades do interior do país, ou de bairros, principalmente na periferia, têm mais dificuldade para efetivar o bloqueio, o que ainda permite que diversos usuários continuem

usando a plataforma sem a necessidade de utilizar VPN (rede privada) ou outro método de acesso. "O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esclarece que, no estrito cumprimento da ordem judicial do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), não faz mais uso das funcionalidades da plataforma X", destacou o TSE.